

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.622 - RJ (2019/0188647-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES DE SOUSA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**AGRAVADO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : RAFAEL MARQUES DE OLIVEIRA - RJ152284

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.

1. Embargos à execução de título executivo extrajudicial. Cédula de crédito bancário.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES DE SOUSA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 28/12/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 05/09/2019.

**Ação:** embargos opostos pelo agravante à execução ajuizada pelo BANCO BRADESCO S/A, referente à cédula de crédito bancário.

**Sentença:** julgou parcialmente procedentes os embargos para reconhecer o excesso de execução.

**Acórdão:** manteve decisão unipessoal do relator que negou provimento à apelação interposta pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. Apelação Cível. Embargos à execução acolhidos parcialmente. Indeferimento de prova testemunhal. Ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública. Nulidade não reconhecida. Art. 245 do CPC/73. Irregularidade que poderia ter sido sanada na primeira oportunidade de manifestação. Preclusão da matéria. Pretensão de reforma da decisão monocrática de fls. 161/167. Insurge-se

o agravante para que a matéria seja objeto de apreciação pelo Órgão Colegiado desta Câmara. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 186, § 1º, 369, 932, IV, do CPC/15, 5º, § 5º, da Lei n. n. 1.060/50, 4º, V, 128, I, da LC n. 80/94, sustentando a existência de nulidade por ausência de intimação pessoal do membro da Defensoria Pública, da decisão que indeferiu a produção de prova testemunhal.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 186, § 1º, 369, 932, IV, do CPC/15, 5º, § 5º, da Lei n. n. 1.060/50, 4º, V, 128, I, da LC n. 80/94, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 2% o percentual dos honorários fixados anteriormente (e-STJ, fl. 128), observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intim

em-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora